

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES

Nº , de 2004
(Do Sr. João Castelo)

*Solicita ao Senhor Ministro da Saúde,
informações sobre as equipes do saúde da
família.*

Senhor Presidente:

Nos termos no art. 50, § 2º, da Constituição Federal e nos arts. 24, inciso V e § 2º e 115, inciso I do Regimento Interno da Câmara, solicito a V. Exª seja encaminhado ao Sr. Ministro da Saúde, o seguinte pedido de informações:

- a) quantas equipes do Programa Saúde da Família – PSF são necessárias para otimizar o atendimento da população maranhense;
- b) quantas equipes do Programa Saúde da Bucal – PSB são necessárias para otimizar atendimento da população maranhense;
- c) quais os parâmetros e/ou critérios que o ministério utiliza para alocar as equipes do PSF e PSB para suprir a demandas cada estado e/ou cada município;
- d) qual a perspectiva de contratação de outros profissionais, a exemplo de psicólogos, nutricionistas, farmacêuticos, assistentes sociais e sanitariastas nos próximos dois anos para o estado do Maranhão.

Sala das Sessões, em de de 2004.

Deputado João Castelo

Senhor Presidente, caros colegas:

Como todos sabem, um país forte, é um país saudável e o presidente Fernando Henrique Cardoso, compreendeu muito bem essa máxima, quando, no primeiro ano do seu governo, criou o “Programa Saúde da Família – PSF- que está completando uma década implantação. O PSF foi e continua sendo um programa marcadamente inovador na relação interativa existente entre os seus profissionais e as comunidades por eles assistidas. E foi precisamente inspirado em ações vitoriosas de outros países como Cuba, Canadá, Inglaterra etc... que o PSF chegou ao país, claro, adaptado à realidade sócio-educativa-cultural e econômica do povo brasileiro.

Os benefícios sociais do PSF, nesta primeira década de atuação, foram imensos e os números não deixam dúvidas: dados publicados na “homepage” do Ministério da Saúde revelam que o programa está implantado em quase 80% dos municípios brasileiros, e que seus benefícios já alcançam mais de 50% da população carente do nosso País e, em termos práticos, vem contribuindo com a redução da mortalidade infantil, interferindo, positivamente na melhoria da qualidade de vida do homens, mulheres e crianças por ele atendidos.

Seu pontapé inicial foi modificar o modelo tradicional de saúde, abandonando a ortodoxia da medicina curativa, apontando suas baterias para a medicina familiar, cujo atendimento é prestado no domicílio, através de equipes multidisciplinares, estabelecendo um elo de sociabilidade, afetividade e confiança entre as partes. Neste modelo, o trabalho prioriza as ações de prevenção, proteção e recuperação da saúde familiar.

Nada obstante os espaços conquistados no Brasil inteiro e até o reconhecimento internacional, o PSF ainda tem um grande potencial a ser desenvolvido, carecendo que sua estrutura logística seja ampliada e interligada às demais ações sociais do governo, tais como: planejamento familiar; educação sanitária; política de prevenção às drogas e controle da obesidade.

Esse elastério nos objetivos do PSF exige a contratação de outros profissionais, a exemplo de psicólogos, nutricionistas, farmacêuticos, assistentes sociais e sanitariastas, sem os quais, os objetivos do programa continuarão circunscritos às populações mais carentes, e o PSF estigmatizado como “saúde para pobres.

Mas, senhor presidente, o motivo maior dessa nossa fala é que, em alguns momentos, a gente tem a nítida impressão de que existem vários PSF’s no Brasil, pois, só para exemplificar, no estado da Paraíba, onde a população é da ordem de 3,5 milhões de habitantes, o número de equipes do PSF é de 944,

enquanto que, no meu estado, o Maranhão, cuja população é de 5,8 milhões de habitantes, portanto 65% maior, o número de equipes é 698, exatos 27 pontos percentuais a menos. No caso de saúde bucal, senhor presidente, a diferença é muito mais chocante pois, o Maranhão possui apenas 43% do efetivo existente no estado da Paraíba.

Eu quero alertar, senhor presidente, que tais disparidades se revelam, também, quando comparamos as realidades de outros estado da região, como Piauí, Pernambuco, Ceará etc.. denunciando que alguma coisa tem de ser feita para que se chegue a uma política de atendimento mais homogênea entre os estado com a mesma realidade sócio-econômica.

Por outro lado, senhor presidente, tenho consciência de que não depende exclusivamente do Ministério da Saúde, a operacionalização do PSF. Contudo é necessário que conheçamos o entrave que vem provocando tamanha distorção na boa funcionalidade do Programa no Maranhão, por exemplo.

Seria falta de atuação parlamentar? seria intolerância dos gestores municipais ou estaduais, ou seria uma falta de maior mobilização social por parte dos estado com menor quinhão?

É isso, senhor presidente, que estou nesta tribuna, pedindo que Vossa Excelência solicite esses esclarecimentos junto ao Ministério da Saúde, de maneiras que possamos exigir dos gestores responsáveis, uma maior eficiência operacional do programa, minimizando-se as disparidades hoje existentes e o que é mais importante: abrindo o leque dos benefícios para outros brasileiros que ainda estão à margem de tão importante ação de desenvolvimento social.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.